

## Ata nº 18/2025

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, no Plenário da Câmara Municipal, às 10 horas e 29 minutos, reuniram-se os membros da Comissão de Legislação. Justiça e Redação Final, sob a Presidência do vereador Rodrigo Lamberti, estando presentes os vereadores: Matias Gomes, Relator. Ebertom Luiz, Lone Bianchini e Nilo Santos, Membros. Logo, o Presidente convidou o vereador Ebertom Luiz secretariar os trabalhos da Comissão. O Presidente da Comissão declarou aberta a reunião. Na sequência, foi dispensada a leitura da Ata nº 17/2025, da Reunião do dia sete de maio do corrente ano, que colocada em discussão não houve quem quisesse discuti-la ou retificála. Submetida à votação, restou aprovada por maioria, com uma abstenção do vereador Ebertom Luiz. Após, o Presidente da Comissão colocou a palavra a disposição do Relator para que efetuasse a leitura do seu voto referente às matérias constantes na pauta da reunião: Projeto de Lei nº 11/2025, do Vereador Nilo Santos, define a prática da telessaúde no Município de São Francisco de Assis e dá outras providências. Colocado em discussão, o vereador retirou o projeto. Projeto de Lei nº 31/2025, do Nilo Santos, dispõe sobre a instalação de fraldários nos estabelecimentos públicos de saúde. O Relator exarou voto contrário à tramitação do Projeto de Lei. Colocado em discussão, o vereador Lone Bianchini pediu vista, o qual foi concedido pelo Presidente. Projeto de Lei nº 45/2025, do Executivo Municipal, altera as leis nº1381/2021 - Plano Plurianual 2022 - 2025, Lei nº1687/2024 Lei de Diretrizes Orçamentária de 2025 do Município de São Francisco de Assis e abre crédito especial. O Relator exarou voto favorável à tramitação do Projeto de Lei. Submetido à votação, a Comissão resolveu acompanhar por unanimidade o voto do Relator, transformando-o em parecer. Projeto de Lei nº 15/2025, do Vereador Nilo Santos, institui o Programa Rua de Lazer, no âmbito municipal de São Francisco de Assis e dá outras providências. O Relator exarou voto favorável à tramitação do Projeto de Lei. Submetido à votação, a Comissão resolveu acompanhar por unanimidade o voto do Relator, transformando-o em parecer. Projeto de Lei nº 53/2025, do Executivo Municipal, autoriza o Poder Público Municipal contratar profissionais para atender na área da saúde. O Relator exarou voto favorável à tramitação do Projeto de Lei. Submetido à votação, a Comissão resolveu acompanhar por unanimidade o voto do Relator, transformando-o em parecer. Os Projetos de Lei nº16/2025 e 17/2025, ambos do Vereador Nilo Santos, foram retirados da pauta da presente reunião pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo



a tratar o Presidente da Comissão declarou encerrada a reunião. Esta segue assinada por

todos os presentes.